SP JUSTIÇA



Justiça Bandeirante

Potencialização da ferramenta SAJ

Entrevista: Vice-presidente do TJSP

Como funciona a Fundação da Fraternidade Judiciária

Cinema: 12 homens e uma sentença

Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Número 9 - Abril a Junho 2016

Editorial
Gestão Participativa 3

Capa
Justiça Bandeirante 4
Conquista de mais produtividade

Entrevista
Desembargador Ademir de Carvalho Benedito, vice-presidente do TJSP 8

Acontece
TJ Sustentável 11
Tribunal realiza campanha pela economia de recursos naturais e bens públicos

Inovação no aprimoramento de magistrados e servidores 12
Nova gestão da Escola Paulista da Magistratura (EPM) procura ampliar atuação

Bem-estar 15

Como funciona
Fundação da Fraternidade Judiciária: promoção social e qualidade de vida 16
União de esforços para amparar projetos de vida

Memória
Bonito demais da conta 18
Preservação da história e da memória do Judiciário nos museus do Interior

Leitura Jurídica 22

Perfil
“Trabalhar no Tribunal mudou minha vida” 23
José Nilton de Araújo conta como venceu a fome e alcançou conquistas

Sessão Justiça de Cinema
12 homens e uma sentença 26

Imagens
Sala “Ministro Manoel da Costa Manso” 30

Gestão Participativa

A importância do diálogo no aprimoramento da prestação jurisdicional

Responsável por volume de processos e de sentenças superior ao de qualquer outra divisão do Poder Judiciário brasileiro, o Tribunal de Justiça paulista se destaca no cenário nacional não apenas pela dimensão global dos serviços que presta aos jurisdicionados, mas também por ser a instituição que mais exige de seus magistrados e funcionários.

Em momento especialmente gravoso da economia nacional, a gestão do acervo, que supera 20 milhões de processos em tramitação, ganha contornos ainda mais desafiadores.

Restrições orçamentárias exigem redução de custos operacionais e limitam novas contratações, tendo em vista a inviabilidade de adoção do tradicional modelo de ampliação de recursos para fazer frente à contínua expansão da demanda.

Não é possível, no entanto, prescindir de recursos mínimos para manutenção da Justiça paulista, uma vez que a redução de sua eficiência se projetaria sobre o julgamento de milhões de processos por ano e se traduziria no abalar da confiança da população na capacidade de a ordem democrática assegurar os direitos individuais e sociais que fundamentam a soberana Constituição do país.

O momento está, portanto, a exigir soluções novas e criativas, concebidas e executadas com a união de esforços de todos os magistrados e servidores que integram a Justiça bandeirante.

No exercício diário de sua atividade profissional, magistrados e servidores experimentam as necessidades e dificuldades do cotidiano, estando aptos a sugerir os instrumentos mais adequados a conferir celeridade e efetividade à prestação jurisdicional.

A Presidência do Tribunal tem procurado reunir essas experiências e sugestões por meio de inúmeras visitas às Regiões Administrativas Judiciárias e comarcas; audiências com magistrados e autoridades, além da abertura de canais diretos de comunicação para veiculação de sugestões e críticas.

Os resultados desse profícuo diálogo começam a despontar: novas funcionalidades do SAJ foram disponibilizadas; o programa Justiça Bandeirante já capacitou centenas de servidores e modelos inovadores de gerenciamento de processos estão sendo finalizados para breve implantação.

Certa feita me indagaram se era possível ter orgulho da magistratura paulista. Não tive dúvida em responder de forma afirmativa. Nossa magistratura é integrada por homens e mulheres de fé, idealistas, que doam seu tempo integral, talento e competência à causa da Justiça, e permitem que se mantenha acesa a chama sagrada da esperança.

Com essa fé e esse fervor, nossos magistrados e servidores se alinham na grande causa comum de revitalização constante do serviço que prestamos.

É evidente que precisamos avançar, mas, como já disse em outras oportunidades, uma semente é sempre promessa de uma floresta.

Como bem dizia o poeta Mário Quintana:

"Se as coisas são
intangíveis... ora!

Não é motivo para
não querê-las...

Que tristes os caminhos,
se não fora

A distante presença
das estrelas".

PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI
Presidente do TJSP

Justiça Bandeirante

JUSTIÇA BANDEIRANTE
Explorando os sistemas, conquistando mais produtividade

Conquista de mais produtividade





TJSP capacita servidores para potencializar uso do SAJ

A busca de otimização na prestação jurisdicional é uma das prioridades da atual gestão da Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Uma das iniciativas adotadas nesse sentido é o projeto **Justiça Bandeirante**, programa de ações para proporcionar a utilização integral das funcionalidades do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) nas unidades do TJSP, focado na gestão por eficiência e no total aproveitamento dos recursos tecnológicos disponíveis. O SAJ é o sistema responsável pela informatização, gestão de informações do Judiciário e automação de rotinas cartorárias.

Lançado em 15 de março, o programa visa à capacitação e troca de experiências entre os servidores. Durante a primeira fase do projeto, cada uma das dez Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs) sedia *workshops* em que grupos de servidores discutem e apresentam dúvidas e propostas para a plena aplicação dos recursos, funcionalidades e automação de rotinas cartorárias do SAJ. A expectativa da Corte é alcançar, pelo menos, seis mil servidores durante esse período. Após todas as RAJs serem visitadas – o que deve acontecer até a primeira semana de agosto – a equipe técnica responsável preparará material com as informações obtidas e a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) identificará e formatará em larga escala as práticas e experiências exitosas, bem como soluções para as principais dúvidas e dificuldades enfrentadas, por meio de cursos que serão ministrados, tanto na forma presencial como a distância, a partir de julho.

Por decisão do presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, a participação dos servidores na elaboração do conteúdo dos cursos é tratada por região, devido à simplificação de deslocamentos de pessoas e a absorção pelo projeto das características regionais e singularidades de cada RAJ. Propôs-se a participação de três funcionários por comarca: o gestor, mais um funcionário a sua escolha e um assistente jurídico. Em Campinas, no primeiro encontro, participaram mais de 900 funcionários.

As dúvidas mais pontuais, em cada região, são dirimidas por meio de boletim informativo, que é disponibilizado em até um mês após a realização do *workshop*, com repostas sistêmicas, dando o passo a passo de como utilizar



o SAJ nestes casos. O boletim é feito em conjunto pela STI e a SPr, por meio da Diretoria de Comunicação, e disponibilizado na intranet para todo o Estado.

"A intenção, nessa primeira fase, é promover um diagnóstico amplo, identificando as melhores práticas e as maiores dificuldades do usuário que lida com os nossos sistemas. A expectativa é que, após a realização desses *workshops*, tenhamos informações suficientes para elaborar material de apoio (treinamentos presenciais e remotos, apostilas, vídeos, manuais etc.) destinado à efetiva e maciça capacitação dos funcionários e magistrados. Esperamos colher resultados concretos ainda nesta gestão", avalia o juiz assessor da Presidência para assuntos de Informática, Tom Alexandre Brandão.

Segundo o magistrado, o uso da tecnologia aliado ao aprimoramento da capacitação dos servidores do Judiciário paulista proporcionará aumento da produtividade e uma prestação jurisdicional mais célere. "A informatização promove a desburocratização de uma série de rotinas que, até então, eram feitas manualmente. Com isso, há a



Ana Lúcia da Costa Negreiros, diretora da STI 8

liberação de recursos humanos nos cartórios para a realização de tarefas intelectuais. Os servidores passam a pensar o processo, o que certamente eleva a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional. É um grande mérito do presidente identificar a necessidade de capacitação de servidores e magistrados para que todos possamos extrair ao máximo os recursos já disponíveis dos nossos sistemas informatizados."

Outra iniciativa do programa é o levantamento de produtividade que a STI tem realizado em cartórios piloto, por meio de medições de suas atividades. São aferidos tempos de execução necessários para cada tarefa. Estes dados, além de servirem de parâmetros para a capacitação de funcionários, também ajudarão na identificação de problemas e apontarão soluções para que se utilize o SAJ em 100% da sua funcionalidade. "Realizamos estudos com medição de tempo de execução, criação e aferição de indicadores, que serão utilizados para nortear o trabalho nas demais unidades do Tribunal. Temos que sensibilizar o usuário para que perceba os ganhos de produtividade que alcançará se obedecer a estes procedimentos," afirma Ana Lúcia da Costa Negreiros, diretora de Departamento da STI 8. Foram eleitos como cartórios piloto as Unidades de Processamento Judicial - UPJs de Santo Amaro e do Fórum João Mendes Júnior, a 2ª Vara Criminal de Ribeirão Preto e a 15ª Vara Cível de São Paulo.

Ana Lúcia esclarece que o programa possui muitas frentes. "Haverá cursos de capacitação por meio de ensino remoto e a distancia, para servidores e para magistrados, em vários módulos e competências jurídicas (criminal, cível etc.). Sempre que houver modificações no sistema, haverá novos cursos. Da mesma forma, eles atenderão a novos funcionários e para servidores que mudam de local de trabalho e de competência funcional. A EPM e a EJUS participarão ativamente do projeto, pois o programa incorpora ao Tribunal a capacitação contínua, de acordo com a necessidade e conveniência do TJSP, sem necessidade de contratação de terceiros."

No início de junho foram designados supervisores de capacitação de sistemas para atuarem junto às Coordenadorias de Administração das 10 Regiões Administrativas Judiciárias (Darajs), visando à regionalização da estrutura de capacitação. "Verificamos a necessidade da criação de um braço do projeto em cada região administrativa. Os supervisores serão nossos multiplicadores de conhecimento e irão nos ajudar a melhorar a prestação jurisdicional em todas as regiões onde atuarão," afirma o juiz assessor que também assessora a Presidência na área de TI, Aléssio Martins Gonçalves.

O Comitê Gestor do projeto é formado pelos juízes Aléssio Martins Gonçalves e Tom Alexandre Brandão, e juízes assessores da



Treinamento de supervisores de capacitação de sistemas que atuarão nas 10 Darajs

Corregedoria Geral da Justiça, Rodrigo Marzola Colombini e Airton Pinheiro De Castro.

A gerência do projeto está a cargo de Rosely Padilha de Sousa Castilho, secretária da Secretaria de Tecnologia da Informação; Elaine Ruy Magalhães, secretária da Secretaria Judiciária e Pedro Cristóvão Pinto, Secretário da Secretaria da Primeira Instância.

A equipe

À frente da equipe técnica está a gerente operacional do projeto, Ana Lúcia da Costa Negreiros, diretora de Departamento da STI 8. Luiz Carlos Garcia Cardozo, coordenador da SPI 2.3, é responsável pela operacionalização de convocação dos servidores. Clóvis Ribeiro da Cruz, coordenador da SPI 4.2, cuida do arranjo e formato das apresentações. Luciana Pires Zavala, coordenadora da SPI 2.4, é responsável pela reserva dos espaços onde se realizam os encontros e o contato com a diretoria das RAJs, verificando, inclusive, locais de alimentação mais próximos, farmácias, hospitais, estacionamentos etc. Maria Cristina Bobadilla, coordenadora da STI 8.1, cuida da elaboração dos boletins informativos. Carlos Darwin de Mattos, coordenador da Daraj 10 e Gianfrancesco dos Santos Chirieleison, o "Bacana", coordenador da Daraj 6, realizam a intermediação com todos os juízes diretores e coordenadores de Darajs. Também compõem a equipe Aline Regina Guimarães Russo, chefe de Seção Judiciário da SJ 3.3.6; Daniela de Siqueira, escrevente técnico Judiciário do gabinete do desembargador Paulo Roberto Grava Brazil; Carla Teixeira da Silva, assistente jurídico do gabinete do desembargador Luis Soares de Mello Neto e Patricia Luciana de Oliveira Egea, assistente jurídico do gabinete do desembargador Rubens Rihl Pires Corrêa.

Para Ana Lucia, boa parte das reclamações sobre o funcionamento do SAJ, apuradas durante os *workshops*, são naturais e fazem parte do ponto de maturação do sistema. "Quando os funcionários começaram a utilizar o sistema, no início da implantação, tinham poucas dúvidas, pois ainda não possuíam experiência com sua utilização diária. Não compreendiam quais seriam os aspectos positivos ou negativos, quando posto em prática. Hoje em dia, os funcionários já possuem conhecimento suficiente do sistema para identificar o que é bom e o que é ruim, o que atende sua necessidade e o que causa dificuldades."



Funcionários da 7ª RAJ acompanham palestra durante *workshop* realizado na Comarca de Santos

Configuração de atos

A configuração de atos é a alma do sistema eletrônico e da elaboração de modelos. A mola mestra do SAJ. A partir do documento principal, podem-se configurar atos para a expedição de documentos acessórios, ou para remessa do processo a um portal de intimação, e assim por diante. Com isso, o SAJ permite que se pulem etapas burocráticas, que antes eram necessárias no processo físico.

"Não é à toa que o fluxo do SAJ é chamado de fluxo por atos," afirma Clóvis Ribeiro da Cruz. "São documentos que direcionam ou instruem outras atividades a partir dele, como, por exemplo, a expedição de outro documento ou a remessa de processo para órgão externo. Atividades obrigatórias após a decisão de um juiz (sentença, decisão, despacho etc) – se inseridas no sistema de configuração de atos – simplificam os procedimentos e encurtam o tempo de execução das tarefas."

Segundo dados obtidos, utilizando-se a configuração de atos, um cartório pode economizar até 150 horas de trabalho em um mês

Cabe ao usuário formatar a decisão do juiz, de acordo com o acervo de decisões inseridas no sistema, e assim fazer as vinculações. Existe um acervo sugerido pela Corregedoria, mas o magistrado pode, livremente, fazer seu próprio texto. Segundo dados obtidos nas unidades piloto, utilizando-se a configuração de atos, um cartório pode economizar até 150 horas de trabalho em um mês.

A automatização da Justiça em 100%, dentro do sistema SAJ, se dará com a configuração no sistema de todos os atos. Ana Lúcia da Costa Negreiros explica: "Na fase atual do desenvolvimento do SAJ, estamos melhorando os modelos e sensibilizando magistrados, gestores e servidores para essa necessidade. A construção de modelos é uma tarefa executada em conjunto entre a SPI, a STI, com a validação da Corregedoria."

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Ricardo Lou e Antonio Carreta

“O juiz deve caminhar pelos bairros, sentir o pulso da cidade”



O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ademir de Carvalho Benedito, completa o primeiro semestre de seu mandato animado com o grande número de atribuições e compromissos inerentes ao cargo. Para ele, é uma oportunidade de contribuir decisivamente para a evolução da Justiça e o aprimoramento do Poder Público. Conheça um pouco a pessoa e as atividades do magistrado que, afinado com o presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, procura ajudar a Justiça paulista a servir cada vez melhor a sociedade

De acordo com o Regimento Interno do TJSP, as competências do vice-presidente são inúmeras. Eleito pelos demais desembargadores, o vice tem mandato de dois anos. É membro nato do Órgão Especial do TJSP, preside a distribuição de processos do Órgão e resolve previamente os incidentes e questões urgentes; substitui o presidente nos afastamentos, ausências e impedimentos; em caso de urgência, despacha, até a distribuição, mandados de segurança, habeas corpus e habeas data contra ato do presidente e do corregedor-geral da Justiça; secretaria os trabalhos do Conselho Superior da Magistratura e preside os procedimentos em casos de dissídios coletivos de greves.

Além disso, preside a Comissão de Assuntos Administrativos, a qual compete opinar sobre assuntos administrativos em geral e sobre o plano plurianual de gestão. Preside também a Câmara Especial, que é completada pelos presidentes das Seções e pelo decano do TJSP. A Câmara Especial processo e julga, entre outros, os incidentes de suspeição e impedimento de juiz de primeiro grau e processos originários e recursos na área de Infância e Juventude.

Esta última atribuição é especialmente gratificante para Ademir Benedito, pois remete ao trabalho que realizou como titular da chamada “Vara de Menores” de Pinheiros (Capital), quando, ao lado de outros colegas, trabalhou em prol de crianças e adolescentes em risco. Na época, estabeleceram parceria com o hospital da Universidade de São Paulo para atender vítimas de violência física e sexual e contribuíram na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. “O diferencial desse trabalho é



que estava além dos processos. Buscávamos o atendimento ao ser humano", diz.

Para o magistrado, a possibilidade de estar mais próximo do jurisdicionado é o que torna a 1ª instância especial. "A Justiça é feita em 1º grau", declara ele. Na sua visão, o bom magistrado precisa conhecer de perto os problemas, aflições e como pensa a população – "conhecimento real, não apenas acadêmico".

Outro trabalho que marcou sua vida foi o realizado nas varas criminais de Guarulhos. Ao lado de autoridades públicas e da comunidade local promoveu iniciativas de ressocialização de presos. Foram outras oportunidades de se aproximar do jurisdicionado, algo nitidamente importante para ele. "O juiz precisa ter conhecimento dos fatores psicológicos e sociais para dar uma decisão não somente objetiva, mas também humana e justa".

Para chegar ao cargo de vice-presidente, o desembargador passou por longa trajetória. Nasceu em 13 de junho de 1951, em São Paulo (SP), e passou a infância no bairro do Ipiranga. Filho de Adão Benedito e Maria dos Milagres Carvalho Benedito, tem um irmão, o engenheiro Rui.

Estudou Direito na Universidade de São Paulo (USP), turma de 1973. Quando escolheu fazer Direito ainda não havia decidido qual



Ademir Benedito ao lado do presidente do TJSP, Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

atividade profissional dentro da área seguir. Isso mudou ao conhecer o desembargador Francisco Thomaz de Carvalho Filho, pai de seu colega de faculdade Francisco Thomaz de Carvalho Júnior, hoje também desembargador. O exemplo do magistrado, sua postura e atuação firme marcaram o jovem Ademir Benedito, que decidiu então adentrar aos quadros da Corte Bandeirante.

Atuou durante quatro anos na Advocacia antes de conquistar o ingresso na Magistratura, em 1978. Sua carreira começou na 44ª Circunscrição Judiciária, com sede em Guarulhos, como juiz substituto. Em seguida, foi promovido sucessivamente para as comarcas de Conchas, Presidente Epitácio e Itanhaém. Em 1981 assumiu a 1ª Vara Criminal da Comarca de Guarulhos e lá permaneceu até 1985, quando foi promovido para a então chamada Vara de Menores do Foro Regional de Pinheiros. Cinco anos depois foi alçado ao posto de juiz substituto em segundo grau e, em 1993, para o 1º Tribunal de Alçada Civil do Estado de São Paulo.

É casado há 40 anos com Vanda Lúcia Benedito, com quem tem três filhos. Hoje já é avô de dois netos: "Atualmente, ficar com os meus netos é minha atividade favorita fora do Tribunal", confidencia.

Ademir Benedito alcançou o topo da carreira do Judiciário paulista em 2005, quando se tornou desembargador. No mesmo ano foi eleito presidente da Seção de Direito Privado, para o biênio 2006/2007. Também foi eleito para o Órgão Especial, para o biênio 2014/2015 e, nas últimas eleições, foi escolhido por seus pares para o cargo de vice-presidente.

Na mesma eleição o desembargador Paulo Dimas foi eleito presidente. Os dois possuem uma afinidade que remonta a tempos. Em 1995, Paulo Dimas se candidatou à Presidência da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis) em chapa que teve como 1º vice-presidente o atual presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Enrique Ricardo Lewandowski, e como 2º vice-presidente Ademir de Carvalho Benedito. Daí vem a total concordância entre os atuais presidente e vice-presidente em diversos temas, em especial a importância da gestão participativa, uma das marcas que Paulo Dimas tem imprimido à gestão. "Ideias muito avançadas e adequadas para o melhor atendimento à Justiça", ressalta Ademir Benedito. "Temos que estar sempre juntos dos juízes de 1º grau, temos que estar próximo do povo que atendemos."

O seu principal hobby fora do Tribunal é mais do que apenas uma atividade recreativa: apaixonado pelo Sport Club Corinthians Paulista, é conselheiro da agremiação e foi presidente do Conselho Deliberativo.

O magistrado conta que passou a torcer pelo clube ainda menino, aos 10 anos. Entre as maiores alegrias que já vivenciou como torcedor menciona o título do Campeonato Paulista de 1977, o Brasileiro de 1990, o título da Libertadores e a conquista do Mundial de Clubes, que assistiu *in loco* no Japão. Lembra especialmente do primeiro jogo das finais do torneio sul-americano contra o time argentino Boca Júniors, que presenciou no mítico estádio *La Bombonera*.

Mais do que um divertimento para o desembargador, o futebol é uma forma de mantê-lo próximo da população jurisdicionada. Faz questão, por exemplo, de ir de metrô aos jogos no Itaquerão, estádio do Corinthians. "Para mim, é importante conviver com pessoas de todos os níveis sociais", pondera. "Você pode ver – e isso é muito importante – o sentimento da população. E não estou falando de futebol, mas sim do sofrimento social, econômico e familiar." Ele fez uma ponte com sua vivência no Judiciário: "Cada processo é uma vida. Às vezes, pode-se olhar o processo e achar que é um monte de papel, uma coisa burocrática. Não é. Ali, decide-se sobre um patrimônio, um casamento ou uma prisão."

Ademir Benedeto conclui citando o cantor Milton Nascimento: "o artista tem que estar onde o povo está". Para ele, o juiz deve fazer o mesmo. "Deve caminhar pelos bairros, tem que estar no estádio de futebol, precisa sentir o pulso da cidade."

Texto: Guilherme Amorim
Fotos: Antonio Carreta e Ricardo Lou

Você também pode ajudar o planeta no seu trabalho

TJ Sustentável

Tribunal realiza campanha 'TJ Sustentável' pela economia de recursos naturais e bens públicos

Você costuma pensar na quantidade de coisas que consume em um dia? Já tentou calcular quantos litros de água ou quanto quilowatts de energia usou ao longo de 24 horas? Atualmente é muito comum encontrar quem é a favor da sustentabilidade e do consumo consciente, mas nem sempre as atitudes condizem com esse pensamento.

Por exemplo: em casa, a pessoa economiza de todas as formas – raciona água para ganhar bônus na conta; economiza no telefone usando aplicativos; poupa energia; evita usar mais de um copo descartável nas festinhas dos filhos. Mas quando está no trabalho, esquece todas essas regras. Como se a água dos banheiros e a energia das lâmpadas não fossem retiradas da natureza; o plástico dos copos de água não poluísse o meio ambiente e o dinheiro que paga ligações de telefone desnecessárias não gerasse perdas para toda empresa ou, no caso de instituições públicas, para a população.

Passamos mais tempo do nosso dia no ambiente corporativo. E se queremos realmente ser consumidores conscientes e ajudar a preservar o planeta para as futuras gerações, devemos estar preocupados com os bens e recursos naturais que utilizamos ao longo de todo o dia.

Nem sempre é fácil ficar atento. É natural que a correria do dia a dia, as preocupações e todas as tarefas que temos para executar nos façam esquecer de questões que, em um primeiro momento, parecem menores. Entretanto, elas são fundamentais para o futuro do planeta.

Foi justamente com o objetivo de estimular esse pensamento consciente entre seus servidores e magistrados, que o Tribunal de Justiça de São Paulo lançou, em abril, o projeto TJ Sustentável 2016. Trata-se de uma competição saudável entre todos os fóruns do Estado pela economia de recursos naturais e bens públicos.

Para incentivar a participação de todos, foi criado um jogo virtual, onde cada unidade participante tem uma árvore que fica mais seca ou mais frondosa de acordo com os resultados de economia de água, energia, telefonia e copos descartáveis. As médias de consumo dos prédios foram calculadas com base nos gastos do final do ano passado e aqueles que atingem as metas estipuladas (6% para água e energia; 10% para copos; 7% para telefonia) ganham mais elementos na árvores, como frutos e pássaros.

Os consumos serão verificados no período de maio a novembro e, em dezembro, a unidade que mais economizou será a vencedora e receberá o Selo Verde. Além disso, entidades parceiras do projeto doaram bicicletas, que serão sorteadas entre os servidores dos três fóruns melhor classificados: cinco para o primeiro colocado, três para o segundo e duas para o terceiro.

"O objetivo principal do projeto é despertar o consumo consciente. O Tribunal tem mais de 45 mil pessoas trabalhando em seus prédios. Se cada um der a sua contribuição, juntos, faremos a diferença", destaca o presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas.

Texto: Cecília Abatti



Inovação
no aprimoramento de magistrados e servidores

Nova gestão da EPM procura ampliar ainda mais a atuação da Escola na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, desenvolvendo atividades fora de sua sede e buscando inovações, como o ensino telepresencial nos cursos de pós-graduação

Iniciada no dia 1º de março, a atual gestão da Escola Paulista da Magistratura (EPM) é presidida pelo desembargador Antonio Carlos Villen, que também responde pela direção da Escola Judicial dos Servidores (EJUS). A nova diretoria iniciou o biênio com dois desafios principais: promover a formação inicial dos juízes substitutos aprovados no 185º Concurso de Ingresso e capacitar os magistrados e servidores do Tribunal de Justiça a trabalharem com o novo Código de Processo Civil, que também entrou em vigor em março.

Missão primordial da EPM, o Curso de Formação Inicial foi promovido entre março e junho para os juízes do 185º Concurso. Com uma intensa programação, abrangeu os mais diversos aspectos práticos da jurisdição, tendo como foco a formação humanística. Além da visão interdisciplinar, o curso propiciou o contato diuturno dos ingressantes com magistrados mais experientes, não apenas no ambiente da Escola, mas também durante o estágio monitorado nas varas cíveis e criminais da capital.

A última semana do curso foi dedicada ao Módulo Nacional, promovido em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). O módulo visou apresentar e integrar os novos juízes no contexto político e institucional dos principais órgãos e instituições vinculados ao Judiciário, debatendo temas como depoimento especial, relações interpessoais interinstitucionais, gestão de pessoas, mediação e conciliação, sistema carcerário nacional, violência



doméstica e impacto econômico e social das decisões judiciais.

Durante a realização do Curso de Formação Inicial, foi idealizado na EPM um grupo de apoio aos magistrados em formação, que será composto por desembargadores e juízes, segmentados por área de jurisdição. O grupo começará auxiliando os juízes do 185º Concurso na elucidação de questões relacionadas ao cotidiano da judicatura, complementando a atuação dos juízes formadores, que acompanham os substitutos até o vitaliciamento.

O novo CPC

Dando continuidade aos seminários e eventos sobre o novo Código de Processo Civil promovidos no ano passado, a EPM ministrou, no primeiro semestre, três seminários, com reedições a distância, e uma palestra, na capital, além de diversos ciclos de palestras nos núcleos regionais. Foi realizado também um curso de atualização para os servidores, por intermédio da EJUS.

O debate sobre o novo CPC foi ampliado com a criação, em março, de dois núcleos de estudos sediados nos prédios de gabinetes de desembargadores das Seções de Direito Privado e de Direito Público, organizados em parceria com o Grupo de Apoio ao Direito Privado (Gapri) e com o Centro de Apoio do Direito Público (Cadip), respectivamente. Os encontros foram abertos a todos os magistrados, sem a necessidade de inscrição prévia. Assim como ocorreu com os seminários e cursos sobre o tema, os núcleos de estudos contaram com a participação de renomados magistrados e professores como expositores.

O Direito Processual Civil também será tema dos pioneiros cursos de especialização telepresenciais da EPM. Desde 2000, a Escola promove regularmente cursos de pós-graduação *lato sensu* em diversas áreas, na Capital e no Interior. Até agora, os cursos eram exclusivamente presenciais, mas, em agosto, terão início os primeiros com aulas expositivas telepresenciais, transmitidas do estúdio da EPM. Os seminários preparatórios continuarão a ocorrer presencialmente, mas com a possibilidade de formação de turmas em diferentes comarcas, facilitando o acesso aos alunos.

Os primeiros cursos serão ministrados em oito núcleos regionais da EPM, localizados nas sedes das Regiões Administrativas Judiciárias (RAJs). Apenas o Núcleo Regional de Campinas continuará a realizar o curso de especialização em Direito Processual Civil exclusivamente presencial, que encontra-se em sua sexta edição.

Além de representar uma redução substancial de custos com deslocamentos e hospedagem dos palestrantes, a iniciativa permite a realização de cursos de especialização nos núcleos regionais mais distantes da Capital, atendendo ao objetivo da direção da Escola de interiorizar as atividades.

Diversidade de temas

Complementando as atividades exclusivas para magistrados, a EPM inaugurou o Núcleo de Estudos em Direito da Criança e do Adolescente, na Capital, e o Núcleo de Estudos em Inovações Legislativas e Rotina Forense, em São José do Rio Preto, que se somaram aos demais grupos em andamento (quatro na Capital e dois no Interior). Foram realizados ainda o X Fórum de Juizados Especiais do Estado de São Paulo (Fojesp), em parceria com o TJSP e a Apamagis, o curso "Gestão de pessoas para magistrados" e o seminário "Ações individuais, ações coletivas e acesso à Justiça".

Os primeiros meses da nova gestão também foram marcados por uma programação diversificada de cursos e eventos abertos à comunidade jurídica, presenciais e a distância. Na área de pós-graduação, tiveram início mais dois cursos na Capital (Direito Público e Direito Civil) e um no Interior (Direito Processual Civil) e foram abertas inscrições para novas edições dos cursos de especialização em Direito do Consumidor e em Métodos Alternativos de Solução de Conflitos.

Entre os de curta duração, foram ministrados o "Curso interdisciplinar sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência" e o seminário "Judiciário e internet", e abertas inscrições para os cursos "Temas atuais do Direito das Família e das Sucessões, "Aspectos processuais da repressão aos crimes econômicos", "Poder Judiciário: orçamento, gestão e políticas públicas" e "Democracia e razões de Estado".

A Escola também sediou um seminário nacional sobre entrevista forense com crianças e adolescentes e promoveu mais três seminários em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP, e



Desembargadores Fernando Cerqueira Norberto dos Santos (secretário-geral da Enfam) e Antonio Carlos Villen (diretor da EPM) e juíza Ana Rita de Figueiredo Nery (integrante da coordenação) na abertura do Módulo Nacional do Curso de Formação Inicial

um curso centrado nas práticas do psicanalista Donald Winnicott.

Por fim, foi iniciada a quinta edição do curso de formação de mediadores e conciliadores, e ministrado um novo curso de formação de instrutores em mediação, bem como uma palestra sobre o tema com o juiz federal norte-americano John Clifford Wallace.

Todos os cursos da EPM são coordenados por magistrados e aprovados previamente pelo Conselho Consultivo e de Programas, que mantém uma atuação integrada com a direção na definição das diretrizes pedagógicas. Além do diretor, compõem a gestão os desembargadores Francisco Eduardo Loureiro (vice-diretor) e os conselheiros, desembargadores Afonso Celso Nogueira Braz, Antonio Rigolin, Fernando Antonio Torres Garcia, Geraldo Francisco Pinheiro Franco, Luciana Almeida Prado Bresciani e Paulo Magalhães da Costa Coelho e juiz Hamid Charaf Bdine Júnior, como representante do 1º grau.

Texto: Marcelo Barbosa
Fotos: EPM



Magistrados durante encontro do Núcleo de Estudos em Temas Atuais de Direito Processual Civil, no Gade 23 de Maio

SAS em ação

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem-estar físico, mental e social. Confira a programação para os meses de julho, agosto e setembro:

Julho

Não deixe de conferir a Cartilha **Alongue-se no Trabalho** disponível na Intranet – Portal do Servidor – Ação Saúde – Qualidade de Vida – Cartilha Alongue-se no Trabalho. Por meio das informações ali contidas, você terá todas as condições de praticar exercícios que o auxiliarão no combate a lesões e a se sentir melhor e mais animado para as atividades do dia a dia.

Teste de Hepatite C – Dia Mundial da Hepatite "C": Consiste em palestras com especialistas na área, ressaltando a importância no combateàs hepatites, ao final o público poderá realizar o teste gratuitamente. Data e local a definir.



Agosto

Hipertensão e Diabetes – 23 e 24 – O programa visitará a região do ABC, onde será medida a glicemia e aferida a pressão arterial dos magistrados e servidores interessados, além de orientações e encaminhamento para atendimento nos ambulatórios em caso de necessidade.

Palestra Dia Mundial sem Tabaco: O objetivo da palestra é conscientizar servidores e magistrados usuários do fumo, sobre os malefícios, e formas de tratamento da dependência. Data e local a definir.

Saúde do Homem 1: Programa destinado a magistrados e servidores do gênero masculino, cujo objetivo principal é fortalecer no público-alvo a importância do cuidado com a saúde e o bem-estar, em especial quanto à prevenção, diagnóstico e tratamento precoce de doenças. Incentive seu colega a participar! Data e local a definir.

Vamos Caminhar pela Saúde: Data e local a definir.

Prevenir Odontológico II – Fórum João Mendes Júnior – 12º a 16º andar: O programa visa dispensar melhor atenção à saúde da comunidade do Poder Judiciário, mediante a detecção precoce de afecções bucais que possam levar a problemas de saúde geral mais graves, além de orientações sobre a higienização bucal. Será proferida uma palestra e realizado exame clínico da cavidade bucal dos participantes, que assim desejarem, bem como poderão ser tratados gratuitamente no TJSP os pacientes selecionados pela equipe, cujas condições bucais assim demandarem. Data e local a definir.

Setembro

Cuide do Seu Coração – Gade 9 de Julho: o objetivo deste programa é fortalecer na consciência dos magistrados e servidores a importância do cuidado com a saúde, em especial quanto ao controle, diagnóstico precoce e tratamento de doenças cardíacas. Segundo a OMS, as doenças cardíacas são, ainda, as que mais matam no mundo, mas a prevenção e informação podem mudar esse quadro. Data e local a definir.

Saúde em Ação – Fórum do Jabaquara: Haverá apresentação de palestra sobre "Promoção de Saúde", abrangendo alimentação saudável, atividade física, sono e gerenciamento do stress, além de consultas preventivas médicas e de enfermagem. Data e local a definir.

Equipe responsável - SAS 1
Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde

Fiquem atentos à programação! Podem surgir novos eventos que serão sempre divulgados pela Intranet/Internet/Correio Eletrônico



União de esforços
para amparar projetos de vida

Fundada em 1988 por magistrados aposentados, a Fundação da Fraternidade Judiciária foi criada para prestar assistência jurídica aos servidores do Tribunal de Justiça paulista. De tão exitosa, os integrantes pensaram em ampliar as fronteiras e, durante anos, desbravaram e fortaleceram o conceito de responsabilidade social, estabelecendo premissas modernas, que vão desde orientação financeira e desenvolvimento de projetos de vida a serviços de atendimento psicológico familiar. Eles identificam problemas e levantam soluções.

O trabalho da fundação alcança todo o Estado e a metodologia desenvolvida permite oferecer bons resultados nos diferentes cenários socioeconômicos. Mantida unicamente por doações de juízes e desembargadores, a Fraternidade conta hoje com seis funcionários, incluindo quatro contratados (dois advogados, uma psicóloga e uma assistente social).

Juntos, eles oferecem três tipos de serviços, o departamento de benefícios, que doa bolsa de estudo para funcionários que buscam graduação, cestas básicas, auxílio-funeral e até próteses ortopédicas, cadeiras de rodas e aparelhos auditivos; o departamento jurídico, com orientações e ingresso de ações, nesse último caso, especificamente para ações Cíveis e de Direito de Família dos servidores lotados na Capital e que possuam renda bruta inferior a R$ 8.100; e o programa QualiVida, que atua em três frentes: terapia familiar e infantil, *coaching* financeiro e palestras motivacionais.

Os números impressionam: A Fundação já auxiliou em mais de quatro mil ações judiciais, realizou 9.745 consultas de terapia familiar e orientações financeiras, 2.836 consultas de psicoterapia infantil, mais de quatro mil servidores beneficiados com doações do departamento de benefícios, 24 palestras ministradas para 4.700 funcionários, num total de R$ 2.300.000 reais investidos até hoje.

O atual presidente, juiz aposentado José Roberto de Vasconcelos, explica que a filosofia principal é atender aos 43 mil servidores paulistas. "É um tipo de serviço que reverte em benefícios indiretos ao Poder Judiciário, pois funcionários

satisfeitos trabalham felizes, faltam menos e produzem mais. Temos colegas que foram atendidos pela fundação com auxílio bolsa em faculdade de Direito. Hoje são excelentes magistrados. O objetivo é ajudar funcionários mais necessitados, em todos os campos possíveis, dentro de nossas possibilidades, aumentando o número de contribuintes e reduzindo as dificuldades do nosso pessoal mais carente", afirma. A diretoria executiva também é composta por magistrados aposentados: vice-presidente, desembargador Antonio Luiz Reis Kuntz; pelo diretor do Departamento Jurídico, desembargador Milton Gordo; pelo diretor tesoureiro, desembargador Evandro Antonio Cimino; e diretor secretário, Marcello Martins Motta.

"É um tipo de serviço que reverte em benefícios indiretos ao Poder Judiciário, pois funcionários satisfeitos trabalham felizes, faltam menos e produzem mais"

Thaís Helena Tadeu Cruz é Agente de Fiscalização Judiciário e começou a receber orientações financeiras na fundação em 2011. Na época, estava inadimplente em três cartões de crédito, tinha parcela de empréstimo e prestação do carro atrasadas. Tudo totalizava R$ 42 mil. "Foi feito um diagnóstico financeiro, elaborada uma planilha com todos os gastos e com o meu orçamento mensal. Após três anos, consegui me organizar, controlar meus gastos e quitar minhas dívidas. Passei de devedora a investidora. É possível sair do endividamento procurando ajuda e tendo uma boa orientação financeira. Eu sou prova viva de que isso é possível", diz.

A servidora Renata Facundo, ingressou na Fraternidade Judiciária em 2003 com pedido de bolsa para cursar a faculdade de Direito e no ano seguinte começou a participar das orientações financeiras. "Consegui um terço de desconto no valor da mensalidade da faculdade. Mais o que mais me preocupava era o empréstimo do banco, não conseguia pagar, vivia renegociando e aumentando ainda mais a dívida. Mudou tudo com as orientações, comecei a fazer um diagnóstico financeiro, dar um passo de cada vez, e pagar tudo a vista", comenta.



Entre os benefícios gratuitos estão a terapia familiar e infantil

Como participar - A fundação conta com 451 magistrados contribuintes. Quem tiver interesse em participar, expandir ainda mais os serviços e integrar o projeto de mudança da vida de muita gente, pode contribuir com valores superiores a R$ 50 (juízes) e R$ 75 (desembargadores). As doações podem ser feitas por desconto mensal na folha de pagamento, por meio da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), por meio de depósitos na conta corrente da fundação (Banco Santander. Agência nº 0726 e Conta Corrente nº 13-000039-1) ou autorização de débito pelo e-mail cristiane.perfidio@terra.com.br e telefones 3107-3349 / 3242-2798.

Texto: Ana Claudia Genaro
Fotos: Gedeão Dias



Da esq. para a dir.: Marcello Martins Motta, José Roberto de Vasconcelos, Antonio Luiz Reis Kuntz e Evandro Antonio Cimino



Bonito demais da conta

A preservação da história e da memória do Judiciário paulista vive uma nova fase, a partir da criação de museus no Interior, expansão que tem ocorrido nos últimos anos

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) iniciou trabalho de conservação da memória das comarcas do Interior, algumas tão ou mais antigas que a comarca da Capital. Os museus de Pitangueiras e Ribeirão Preto, inaugurados em 25 de setembro de 2015 e 15 de abril de 2016, respectivamente, são frutos dessa iniciativa e da dedicação de magistrados sensibilizados pelo tema, cujos trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com o Museu do TJSP. Para Bruno Bettine de Almeida, supervisor do museu na Capital, "a criação de sucursais tem o objetivo de preservar a história local, dadas as dimensões do Estado de São Paulo". A iniciativa prosseguirá, pois existem planos para instalação de outras unidades nas sedes das Diretorias das Regiões Administrativas Judiciárias (Daraj) e assim aperfeiçoar a preservação da memória e o acesso à cultura jurídica no Interior.

Em Ribeirão Preto, a ideia da criação do museu partiu do juiz Sylvio Ribeiro de Souza Neto, atualmente juiz assessor da Presidência, que, quando esteve à frente da 6ª RAJ, enviou e-mail a todos os juízes diretores de fórum da região, solicitando o envio de documentos, processos,



Museu do Tribunal de Justiça na/6ª RAJ





vestimentas, objetos utilizados administrativamente, obras de arte e móveis, visando a formação de um acervo para preservação da memória do Judiciário de Ribeirão Preto e das comarcas vizinhas.

Quando o juiz Luís Augusto Freire Teotônio assumiu a direção da 6ª RAJ decidiu concretizar o museu em um espaço apropriado, no prédio do Departamento de Administração onde também está localizado o Departamento Estadual de Execução Criminal (Deecrim) da região. A montagem e a organização ficaram a cargo do Museu do TJSP.

O espaço que abriga o museu recebeu a denominação "Sylvio Ribeiro de Souza", médico que atuou como jurado no Fórum de Ribeirão Preto, além de ter sido pai do desembargador Cyro Antonio Facchini Ribeiro de Souza e avô do juiz Sylvio Ribeiro de Souza Neto. Qualquer pessoa que circule pelo prédio tem acesso ao museu. Visitas com mais de cinco pessoas devem ter acompanhamento de um funcionário.

Dentre as várias peças expostas, está ali a réplica de uma vara de juiz ordinário, confeccionada pela artista plástica Camila Giudice. A peça tem 1,72m de altura e é uma das únicas existente no Estado (*foto ao lado*). A vara original se encontra no núcleo da exposição permanente do Museu, no Palácio do Tribunal, na sala "Desembargador Emeric Levai", e foi doação do desembargador Fernando Euller Bueno, em 1995. Antigamente, o juiz carregava a vara, obrigatoriamente, quando transitava a trabalho pela cidade, a pé ou a cavalo.

O presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti esteve presente na inauguração. Na ocasião, o juiz Luís Augusto Teotônio destacou a importância da iniciativa: "Um museu significa rememorar o passado, através do agrupamento de objetos referentes a fatos que compõem a história. O presente só o é pelo passado que o antecedeu. No caso do nosso, especificamente, rememorar o passado do Judiciário na nossa região, pois o que se construiu ontem reflete no hoje... Museu então tem significado de legado, com o objetivo de demonstrar trajetórias de vida e estabelecer conexão entre as pessoas, mesmo porque a identidade do sujeito está arraigada no seu passado."

Fórum Museu

Desde o ano de 2013, o juiz diretor do fórum de Pitangueiras, Gustavo Muller Lorenzato, preocupa-se em transformar o local em espaço mais agradável para a população. Por essa razão, providenciou naquele ano a instalação de painéis nas paredes do salão do júri, para suavizar o ambiente, naturalmente sombrio e carregado de energias negativas, devido à natureza de sua utilização.

Divididos em temas, os painéis contam a História do Tribunal, de



Fórum Museu de Pitangueiras

Pitangueiras e da comarca, falam sobre a Justiça e seus símbolos (como o martelo e a balança), além de abordar assuntos como a sabedoria, a conciliação e o amor.

Segundo Lorenzato, a ideia deu tão certo e o impacto nas pessoas foi tão positivo que decidiu ampliar as instalações de painéis e fazer o "Memorial da Justiça", na entrada do prédio. Os benefícios da iniciativa de humanizar e estruturar os ambientes do fórum ficaram evidentes, tanto para os funcionários quanto para o público que por ali circula. "Pensamos, então, em um voo um pouco maior e ampliamos o Memorial para todos os ambientes de circulação do fórum. Entramos em contato com o Museu do TJSP e, graças ao trabalho e orientação da equipe, foi concretizado o projeto. Dessa forma, criamos não um museu no fórum, mas sim um Fórum Museu, pois os ambientes se misturam e se integram, " diz Lorenzato.

Toda a ambientação do espaço público foi pensada para transparecer a sensação de paz e acolhimento. A iluminação não é direta e, portanto, não agride o olhar. Caixas de som espalham música suave por todo o prédio. Balas e confeitos estão à disposição nas audiências. Cartazes passam mensagens de equilíbrio e boa vontade. "O museu também auxilia no resgate da autoestima dos funcionários e jurisdicionados, quanto ao orgulho de ser pitangueirense", ressalta Lorenzato.

A formação do acervo contou com o auxílio de muitos moradores da cidade, assim como da Prefeitura e, sobretudo, do Museu do TJSP. Porém, não se pode falar do Fórum Museu de Pitangueiras sem mencionar o empenho e dedicação do servidor Celso Henrique Moreira, escrevente chefe do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da comarca. Ele é o "braço direito" de Lorenzato na criação, elaboração e



administração do museu. Professor e escritor, é grande conhecedor da história da cidade e foi ele o autor do Hino de Pitangueiras. É o encarregado de acompanhar visitas monitoradas, que ocorrem uma vez por mês, desde a inauguração do Memorial da Justiça, sempre com alunos de escolas da região. Até o mês de abril deste ano, foram feitas mais de trinta visitas desse tipo.

Passaram por Pitangueiras pessoas de significativa importância, como o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Sydney Sanches, que passou a infância na cidade. O magistrado doou várias peças para o acervo do museu, como toga, fotos, medalhas e livros. Faz parte do conjunto a máquina de escrever elétrica onde, em 1992, no STF, redigiu seu parecer, como relator, sobre o *impeachment* do presidente Fernando Collor (*foto acima*). Existe um ambiente do museu dedicado a Sydney Sanches e, quando de sua inauguração, o ex-ministro compareceu.

Também consta do acervo do museu cartas que Rui Barbosa trocou com o primeiro escrivão da comarca, Coronel Ubaldo, no início do século XX.

Para Lorenzato, "brasileiro não tem a cultura de visitar museus, mas o museu tem a função muito importante de preservar, difundir e manter viva a memória de uma sociedade. Nosso museu busca difundir bons valores e formar seres humanos melhores, na busca da Justiça."

Sede Regional do Museu do Tribunal de Justiça na 6ª RAJ
Prédio do Deecrim e do Daraj 6
Rua Luiz Barizon, 95
Ribeirão Preto

Fórum Museu de Pitangueiras
Rua Dr. Euclides Zanini Caldas, 713
Pitangueiras

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Gedeão Dias

Leitura Jurídica



Reflexões de um Magistrado II - 1ª edição 2014 (Editora Ottoni)

Com apresentação de Paulo Alves Franco e prefácio de Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, na nova edição de Reflexões de um Magistrado, com 461 páginas, o autor não se esquece dos colegas que ao seu lado atuaram e os homenageia carinhosamente, bem como dos promotores de Justiça e dos serventuários com os quais trabalhou. Lembra também das cidades onde atuou como juiz de Direito. Romeu Estevão Ramos, além de escritor, é titular de outro talento: compositor de várias músicas gravadas por diversos cantores populares e sertanejos. No prefácio diz Paulo Dimas: "Cumpre reafirmar que os textos produzidos, compilados neste precioso livro, coroam a bela trajetória de um ser humano iluminado, que honrou a Magistratura bandeirante e ainda se dedica a diversas obras de benemerência, enaltecendo aqui o exercício pleno da cidadania, a ser viabilizado pelo conhecimento e fortalecimento das nossas instituições, o amor à família, à religião, à Pátria e ao semelhante".

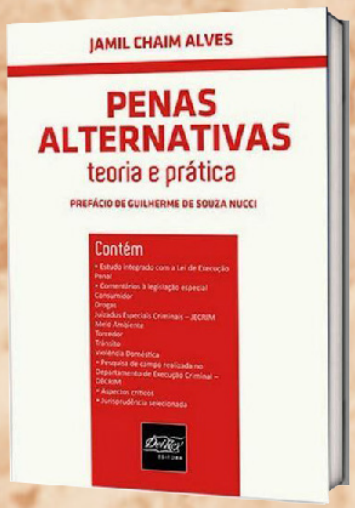
Romeu Estevão Ramos (juiz de Direito aposentado)



Direito Urbanístico: ensaios por uma cidade sustentável - da formulação de políticas à sua aplicação - 1ª edição 2016 (Editora Quartier Latin)

Idealizada pelos integrantes do Núcleo de Estudos em Direito Urbanístico da Escola Paulista da Magistratura, a obra surgiu como um projeto de enfrentamento de assuntos de alta indagação, visando contribuir para melhorar a regulação e a aplicação do Direito em situações socioambientais complexas. Os trabalhos estão divididos em cinco eixos temáticos: "Políticas públicas urbanas – formulação e controle"; "Direito Urbanístico – infraestrutura e direito de construir"; "Desafios das cidades – mobilidade e violência"; "Desafios das cidades – moradia"; e "Desafios das cidades – caso a caso". Entre os autores, diversos magistrados, como os desembargadores José Renato Nalini, Vera Angrisani e Wanderley José Federighi, o juiz Luis Manuel Fonseca Pires, entre outros juízes professores da EPM e integrantes da Defensoria Pública e Advocacia (pública e privada).

Coordenada pelos juízes Alexandra Fuchs de Araujo, integrante do Núcleo de Estudos em Direito Urbanístico da EPM (NEDU); Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, coordenador do NEDU; e Ana Rita de Figueiredo Nery, integrante da coordenação do Curso de Formação Inicial da EPM



Penas Alternativas: teoria e prática (Editora Del Rey)

Com prefácio do desembargador Guilherme de Souza Nucci, a obra, com 352 páginas, traz uma visão contemporânea das penas alternativas no Brasil. Cuida-se de trabalho diferenciado, que analisa o atual estágio de funcionamento desse tipo de sanção, com amparo em pesquisa de campo realizada na 5ª Vara das Execuções Criminais da Capital de São Paulo. Para além da mera repetição de conceitos e simplificações feitas pelos manuais de direito penal em geral, esse trabalho, sem abandonar a linguagem acessível e didática, analisa o tema com profundidade e de forma crítica. Contém: Estudo integrado com a Lei de Execução Penal; Comentários à legislação especial: Consumidor, Drogas, Juizados Especiais Criminais, Meio Ambiente, Torcedor, Trânsito e Violência Doméstica; Pesquisa de campo realizada no Departamento de Execução Criminal; Aspectos críticos e Jurisprudência selecionada.

Jamil Chaim Alves (juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Itanhaém e responsável pelo Deecrim da 7ª Região Administrativa Judiciária – Santos)

"Trabalhar no Tribunal mudou minha vida"



No dia 20 de abril, a carta de um escrevente, prestes a se aposentar, chegou às mãos do presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, e o emocionou. Em breves palavras, o funcionário JOSÉ NILTON ARRUDA DE ARAÚJO comunicava à mais alta autoridade da Corte a sua iminente aposentadoria e apresentava sua gratidão por tudo que o Tribunal havia lhe proporcionado. Nela, também descrevia um pouco de sua vida, desde a infância muito pobre, no Interior da Paraíba, onde a fome era uma realidade diária, a sofrida adolescência na periferia de São Paulo, até seu ingresso no Tribunal, quando experimentou uma jornada de conquistas. Uma semana após seu último dia de trabalho, ele deu o seguinte depoimento à Justiça SP

"Para contar sobre minha vida, tenho que começar por minha mãe. Terezinha Henriques de Araújo nasceu no sertão da Paraíba, em uma cidadezinha chamada Diamante. De origem muito humilde, era a mais velha de seis filhos. Ao perder sua mãe com doze anos de idade, tornou-se a mãe de seus irmãos. Quando moça, pouco saía de casa. Mesmo assim, meu pai a conheceu e, a distância, alimentou sentimento de amor por ela. Estava noivo de outra, mas prometeu à minha mãe que, ainda que aos pés do altar, desistiria do casamento se ela o aceitasse. E foi isso que aconteceu. Bem próximo ao dia do casamento, eles fugiram para outra cidade e se casaram.

Meu pai era homem bem-sucedido, segundo os parâmetros locais, pois era dono de uma bodega, o único armazém da localidade. Vieram os filhos, três meninas e um menino. O caçula faleceu devido à diarreia, desnutrição e ao precário serviço de saúde que havia na região. Meu pai quis outro filho homem e assim, eu nasci, no ano de 1960.

Três meses após meu nascimento, em uma noite de São João, meu pai foi assassinado. Foi morto dentro



Com José Nilton ao colo, a mãe, Dona Terezinha, e as filhas, enlutadas pelo falecimento do pai, posam para foto, no Interior da Paraíba

da bodega, em frente a casa em que morávamos. Levou um tiro quando estava fechando o caixa do comércio, com minha irmã mais velha ao colo, que tinha seis anos de idade. O assassino deixou um bilhete na porta da bodega: 'Seu Antônio, gostamos muito do senhor, mas resolvemos matá-lo por conta de não conseguirmos encontrar o seu irmão.'

Meu tio Enoque havia se envolvido em uma briga durante um jogo de futebol e matou a facadas um vizinho de meu pai. Fugiu e não foi encontrado, nem pela polícia, nem pela família do morto. Por essa razão, a vingança, muito comum naquela época no sertão nordestino, foi exercida sobre meu pai. Minha mãe, temendo pelos filhos e não querendo viver mais naquela cidade, mudou-se, de imediato, para Itaporanga. Trancou-se na nova casa com os filhos e nos vestiu roupas de luto. Deprimida e sem motivação ou experiência para arrumar uma ocupação, começou a utilizar as economias que meu pai deixou, para custear nosso sustento.

Como o dinheiro aos poucos se acabou, minha mãe começou a vender os móveis. A casa não recebeu mais manutenção. O que se quebrava, ficava quebrado. Este empobrecimento gradual durou onze anos. A água e a luz foram cortadas. Até as cadeiras foram vendidas. Havia apenas redes para dormirmos. Comida não havia mais. Nós, crianças, fazíamos pequenas tarefas para os vizinhos em troca de comida. Certa vez, o governo começou a doar leite em pó para as famílias. Recebemos uma caixa de leite. Eu comi muito, durante um dia inteiro, em forma de pó mesmo, sem diluir, devido minha fome. À noite, o leite petrificou em meu estômago e tive que ir para o hospital. Estava desnutrido e com uma pedra de leite na barriga.

Em 1971, mudamos para São Paulo, fugindo finalmente da fome. Viemos para a Freguesia do Ó. Quem nos abrigou, dentre todos os parentes, foi uma tia de minha mãe, que, entretanto, não gostou da ideia de receber novos moradores. Durante um tempo, costumava deixar para nós somente a comida que já estava estragada e não podia mais ser comida pelos seus. Minha mãe nos orientou para comermos somente na escola, para não adoecermos.

A merenda da escola era deliciosa, pois na minha vida de fome na Paraíba, nunca vi coisas tão gostosas. Sopas, mingaus, arroz doce, pudins, era tudo maravilhoso. As merendeiras





José Nilton com sua mãe, na formatura do curso de Direito (à esquerda) e trabalhando no 1º TAC (à direita)

percebiam minha vontade de comer e me deixavam repetir o prato. Tenho uma gratidão profunda por elas.

A escola tinha dentista. Foi a primeira vez que vi um na minha vida. Aliás, nunca tinha visto sequer uma escova de dente. Minhas irmãs frequentaram a escola por pouco tempo, pois logo tiveram que trabalhar. Todas, inclusive minha mãe, foram trabalhar em fábricas. Arrumamos um lugar para morar, também na Freguesia do Ó, em um cortiço. Ali, passei alguns dos anos mais felizes da minha vida. Eram 14 moradias. Morávamos em um quarto e cozinha com banheiro coletivo e sem água, apenas um tanque no quintal. Mas vivíamos todos como uma família só. Todos trabalhavam duro e eram amigos uns dos outros. Nordestinos sonhadores por uma vida melhor.

Aos 14 anos comecei a trabalhar, como office boy em uma agência de turismo, a Oremar. A agência foi uma verdadeira escola de vida e os donos foram como pais para mim. A vida melhorou e saímos do cortiço. Na agência, trabalhei por dez anos, e quando saí já estava cursando Ciências Sociais na PUC. Paguei o curso com o salário da agência e depois como funcionário de uma creche da prefeitura, em Lauzane Paulista. Após me formar, decidi fazer o curso de Direito. Consegui bolsa de estudo, também na PUC. Durante o curso, fui promovido a diretor da creche. Mas, quando mudou a gestão da prefeitura, perdi meu cargo. Foi então que prestei concurso para o Primeiro Tribunal de Alçada Civil (1º TAC), em 1995.

Depois que entrei no 1º TAC, minha vida melhorou muito. O salário era cinco vezes maior do que ganhava na época. Comecei trabalhando na Vice-Presidência, depois fui para a Secretaria de Recursos Humanos. Quando houve a unificação com o Tribunal de Justiça fui trabalhar no Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 2, onde fiquei até me aposentar. Gostava muito de trabalhar ali. Fui muito feliz. Adorava atender o público. Sempre recebi todos os advogados com um sorriso no rosto e com boa vontade.





Acima, José Nilton e os funcionários da S.J.3.2.9. Embaixo, ostenta emocionado a placa em sua homenagem, que recebeu dos colegas de trabalho

Graças ao Tribunal, consegui comprar a casa dos sonhos da minha mãe. Não era uma casa na região da Av. Paulista ou nos Jardins, mas sim na Freguesia do Ó, próxima à igreja São José, de Vila Palmeira, onde ela frequentava e trabalhava voluntariamente como ministra. Comprei uma casa novinha em folha, na rua da igreja. Ali, ela viveu feliz os últimos anos de sua vida. Perdi minha mãe faz sete anos. Ainda sinto falta dela. Sou solteiro e sempre morei com minha mãe, nunca havia me separado dela. Namoro com uma moça há 30 anos, mas ainda não me casei.

Quando fui dar entrada em meu processo de aposentadoria, no prédio da Consolação, estava muito emocionado. A atendente percebeu e perguntou se eu estava bem. Contei a ela o motivo da minha emoção e ela me deu a ideia de escrever uma mensagem no "Canal Direto com o Presidente", no site do Tribunal. Ao chegar em casa, tentei mandar uma mensagem, porém, ali só é possível digitar um texto de 1024 caracteres, e o que eu tinha a dizer ocuparia muito mais espaço. Eu queria que a mais alta autoridade do Tribunal soubesse que um escrevente, que veio de onde eu vim e passou o que eu passei na vida, após trabalhar 21 anos no Tribunal, saía do Judiciário, ainda um escrevente, mas absolutamente satisfeito e grato. No horário de almoço do meu último dia de trabalho, resolvi imprimir minha mensagem e levá-la diretamente no Palácio da Justiça, que fica perto do local onde trabalhava. Fui até o Gabinete da Presidência onde fui muito bem atendido. Receberam minha carta e a encaminharam para o presidente.

Posso dizer que tenho todos os bens materiais que sonhei na vida. Recentemente, adquiri o apartamento em que moro, além de dois imóveis que já possuía. Dou valor a cada conquista e sou um homem grato. As experiências que tive na vida foram traçadas por Deus. Eu não mudaria nada do que foi feito. Os momentos de sofrimento, na verdade, levaram-me a chegar aonde cheguei."

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Gedeão Dias e Acervo da Família

Sessão Justiça de Cinema

A partir desta edição, a revista **Justiça SP** conta com a coluna **Sessão Justiça de Cinema**. Ela apresenta a crítica de um grande filme que elegeu como tema ou pano de fundo, a atuação do Judiciário. A análise é enriquecida com texto explicativo de um magistrado sobre os aspectos técnico-jurídicos envolvidos. A coluna é inaugurada com o filme "12 homens e uma sentença".



Os 12 enfurecidos de Lumet

Na primeira cena, a câmera nos mostra a escadaria e as colunas jônicas que sustentam o prédio do Tribunal. Entramos com ela no Palácio, passamos pelos seus corredores e chegamos até o interior de uma sala plenária de julgamento. Ali, já findas as deliberações de acusação e defesa, um juiz orienta os jurados a respeito da responsabilidade que neles repousa e explica a regra básica para a aplicação do veredito: somente no caso de unanimidade os jurados deverão condenar ou inocentar o réu. Dada a gravidade do crime, a pena a ser aplicada será pena de morte. O réu, um jovem latino, pobre, com 18 anos de idade, acusado de matar o próprio pai. Os jurados se levantam e se dirigem à sala secreta. Antes, alguns ainda repousam um último olhar sobre o rapaz.

Recolhidos ao local, e após breves conversas paralelas em que transparece a certeza da condenação, sobretudo diante do que lhes foi apresentado nos cansativos dias de julgamento, decidem fazer uma votação antes mesmo de discutirem quaisquer aspectos do caso, mas apenas para constatarem se há unanimidade na decisão, a fim de encurtarem sua permanência no



fórum. Dos doze jurados, apenas um opta por votar de modo diferente.

O *jurado nº 8* afirma que não está convencido da inocência, mas tem dúvidas sobre a culpa e, por essa razão, prefere estender a discussão. A surpresa e revolta é geral. Começa então, sob constante tensão, o embate de opiniões e a análise detalhada de cada uma das provas apresentadas pela promotoria, de cada um dos depoimentos prestados pelas testemunhas, de cada fato ou objeto ligado ao crime. Porém, além de esclarecer evidências, o *jurado nº 8* tem que lutar contra preconceitos, traços de personalidade e experiências de vida dos outros jurados. Cada um apresenta características pessoais, condicionamentos sociais e padrões de vida, que acabam influenciando as diversas maneiras de encarar uma mesma situação.

Mas, é na somatória deste conjunto de pessoas e de personalidades, que repousa a sabedoria do júri. A sociedade está plenamente representada, com seus defeitos e virtudes, e se busca, no mais puro exercício da democracia e da Justiça, alcançar a resposta adequada para as questões. No caso particular do filme, é pertinente a pergunta: a mensagem que fica é da vitória do individualismo esclarecido sobre o coletivismo irresponsável? Ou será que é a vitória da democracia, estabelecida em países comprometidos com uma Justiça imparcial e abrangente a todos, em contraposição a Estados autoritários?

A última cena do filme dá uma dica sobre a resposta e espelha a concreta aplicação do princípio da isonomia no Tribunal do Júri, quando os jurados nº 8 e nº 9 se cumprimentam, à porta do Tribunal, após o termino do julgamento e, finalmente, dizem os seus nomes. Evidencia-se que, até aquele momento, não lhes caberia ter nome, pois faziam parte de um grupo que fora reunido para representar a todos, perante a Justiça, a fim de decidir pela vida ou morte de outro membro da sociedade. Para que o grupo tivesse legitimidade, o indivíduo não poderia prevalecer em relação ao coletivo. Ali, cada jurado era apenas um entre doze.

Apesar de filmado quase que integralmente no interior de uma sala secreta de júri, centrando todo o roteiro nos diálogos entre os jurados, o filme não é enfadonho, nem "chato". Pelo contrário. O



"A vida em suas mãos, a morte em suas mentes," diz o cartaz promocional do filme

ambiente claustrofóbico e a tensão na análise das provas e depoimentos, que se soma à crescente animosidade no grupo, prende o espectador na cadeira.

"12 Angry Men" foi produzido em 1957, adaptado de um roteiro escrito para a televisão, por Reginald Rose. Foi o primeiro filme do conceituado diretor Sidney Lumet e recebeu o Urso de Ouro no Festival de Berlim, além de três indicações ao Oscar: melhor filme, diretor e roteiro adaptado. Lumet também dirigiu, entre outros, *Sérpico, Um dia de Cão, Rede de Intrigas* e *O Veredito*.

Sidney Lumet pertenceu à geração que a TV cedeu a Hollywood, na segunda metade dos anos 50. Foi um dos mais prolíficos diretores do cinema, tendo feito mais de 50 filmes. Conhecido especialmente por sua capacidade de atrair os principais atores para seus projetos, que sempre apresentavam narrativas vigorosas, Lumet dedicou especial atenção a Instituição da Justiça, durante sua carreira, sendo ela tema de vários filmes. É considerado o mais longevo descendente artístico do cinema neorrealista e recebeu, em 2005, um Oscar honorário por seus brilhantes



No início, o jurado nº 8 (Henry Fonda) é o único a votar pela inocência do réu, impedindo a sentença de condenação

serviços à arte do cinema. Morreu em 2011, aos 86 anos.

Uma curiosidade de "12 homens e uma sentença" é que, durante as filmagens, Lumet trocou as lentes da câmera por outras que deixavam o fundo mais perto dos personagens, criando maior sensação maior de claustrofobia.

Quando o Festival de Cannes fez 60 anos, em 2007, foi apresentada a versão restaurada do filme, que também completava seu cinquentenário. Jane Fonda ficou a cargo da apresentação e lembrou à imprensa internacional que "12 Homens e uma Sentença" não fez sucesso de público, porém a crítica reconheceu seu valor. Seu pai, Henry Fonda, após ter estrelado e produzido o filme (junto com Reginald Rose), encomendou uma versão para o teatro e excursionou com ela pelo EUA, com grande êxito. A peça foi montada pela primeira vez no Brasil em 2010, com direção de Eduardo Tolentino de Araújo.

Em 1997, uma nova versão foi produzida para a TV, estrelada por Jack Lemmon e George C. Scott, e dirigida por William Friedkin.

Ficha Técnica:

12 Angry Men (1957)

Elenco: Henry Fonda, Lee J. Cobb, Martin Balsam, Ed Begley, E.G. Marshal, Jack Warden, John Fiedler, Jack Klugman, Edward Binns, Joseph Sweeney, George Voskovec e Robert Webber.

História e Roteiro: Reginald Rose

Direção de Fotografia: Boris Kaufman

Produção: Henry Fonda e Reginald Rose

Direção: Sidney Lumet

Produzido pela Orion-Nova e United Artists

Distribuição Metro Goldwyn Mayer

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Internet

DIFERENÇAS ENTRE O JÚRI NOS EUA E NO BRASIL

O clássico filme Doze Homens e Uma Sentença (1957), assim como outros similares, tais como, O Júri (2003) e O Cliente (1994) nos remete a questionamentos sobre as diferenças entre os sistemas judiciários brasileiro e norte-americanos, bem como a aplicabilidade de institutos oriundos da expressão jurídica beyond a reasonable doubt ou, em uma simples tradução, da denominada dúvida razoável.

O Tribunal do Júri no sistema norte-americano, em linhas gerais, é bem mais amplo do



Sidney Lumet e Henry Fonda, durante as gravações do filme

que o brasileiro, a começar pela competência da matéria. De fato, apesar de em ambos os países, o Tribunal do Júri ser consagrado constitucionalmente (nos EUA na Sexta e Sétima Emendas Constitucionais de 1791 e no Brasil no art. 5º, inciso XXXVIII da Constituição da República de 1988) observa-se que a competência é bem díspare. No Brasil, somente são julgados pelo Tribunal do Júri os crimes dolosos contra a vida (arts. 121 a 128 do Código Penal, a saber: homicídio doloso; induzimento, instigação ou auxílio a suicídio; infanticídio e aborto), enquanto, nos Estados Unidos, todos os crimes são de competência do Tribunal do Júri, excetuando-se os de responsabilidade, havendo ainda a possibilidade de questões que abrangem a área cível serem dirimidas pelo Tribunal do Júri face a opção das partes.

A par disso, a composição dos Tribunais em ambos os países é diferente. Nos Estados Unidos, o número de jurados é par, ou seja, são doze pessoas escolhidas entre cidadãos maiores de dezoito anos, já no Brasil, o número de pessoas que compõem o Conselho de Sentença é impar, isto é, são sete pessoas sorteadas e escolhidas entre vinte e uma convocadas para o julgamento, também maiores de dezoito, sendo que em ambos os casos as pessoas são sorteadas aleatoriamente através de listas nominais confeccionadas pelos funcionários.

Desdobramento importante nos Tribunais do Júri é a produção de provas. Nesse aspecto, as divergências são muitas. Com efeito, nos Estados Unidos há a premissa de que a colheita de provas é atividade extrajudicial e, portanto, compete às partes fazê-lo. O Ministério Público controla e realiza todas as provas na fase do inquérito, possuindo ampla discricionariedade para determinar o arquivamento do inquérito ou seu prosseguimento para julgamento perante o júri, podendo inclusive, propor alternativas de acordo, como por exemplo, uma confissão em troca de uma capitulação do crime mais branda, ou, se eventualmente ocorrer a confissão, o acusado pode renunciar ao direito de ir à Júri. Por sua vez, no Brasil, as provas são produzidas inicialmente na fase inquisitorial, sem o crivo do contraditório e da ampla defesa e, em Juízo são os magistrados que colhem as provas, respeitando, ao revés, o contraditório e a ampla defesa.



Lee J. Cobb interpreta o jurado nº 2, dentre todos, o mais intransigente na condenação do réu

Especificamente perante o Tribunal do Júri, nos Estados Unidos não há a formulação de quesitos para os jurados responderem (não se limitam a dizer se o acusado é culpado ou inocente, como acontece no Brasil). Lá, não há decisão por maioria. Ela deve ser unânime, não comportando dúvidas, mas tão somente uma certeza no veredicto, após discussão entre os jurados sobre os fatos e as provas. O Conselho de Sentença pode, sem a presença do juiz, do promotor de Justiça e do defensor, discorrerem e emitirem juízo de valor sobre as provas colhidas, sem a incomunicabilidade e o sigilo da votação entre eles, ocorrendo não raras vezes, que o resultado do veredicto demore horas, dias e até meses, como no caso de O.J.Simpson.

No Brasil, o juiz de Direito formula quesitos, os quais são perguntas e questionamentos a serem respondidos de forma sigilosa e com respostas curtas: "sim" ou "não" – sendo vedada a discussão entre os jurados sobre os fatos e as provas colhidas, não havendo, portanto, a possibilidade de um jurado influenciar a vontade do outro. A decisão é por maioria de votos e tudo é presenciado pelo promotor de Justiça e pelo defensor do acusado.

O denominado preceito da dúvida razoável afasta meras conjecturas para se aproximar ainda mais da verdade real, sendo similar ao principio do "in dubio pro reo" ou ainda da presunção de inocência, apenas se distanciando no que perquire ao grau da dúvida, eis que no sistema americano é admitida a condenação quando eventual dúvida seja ínfima, irrelevante e, no sistema brasileiro o acusado é absolvido qualquer que seja a dúvida.

Por fim, uma semelhança entre os dois sistemas é no sentido de que a dosimetria da pena a ser imposta em caso de condenação parte do magistrado, cabendo aos jurados apenas decidirem se o réu é culpado ou inocente.

Texto: Juíza assessora da Corregedoria Geral da Justiça, Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira

Imagens





"Sala Ministro Manoel da Costa Manso"
Salão Nobre / Palácio da Justiça

Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo
Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável
Rosangela Sanches

Corpo Editorial
Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Liene Dias Vicente
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico
Editor
Dicler Rodrigues Antonio
Reportagem
Ana Claudia Guerra Brasileiro Genaro
Dicler Rodrigues Antonio
Guilherme Fujimoto Amorim
Marcelo Alexandre Barbosa
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Rosângela Sanches
Fotografia
Antonio Carlos Carreta
Gedeão Dias da Silva
Ricardo Braga Lou
Editoração Gráfica
Dicler Rodrigues Antonio
Mario Cesar Silva
Revisão
Guilherme Fujimoto Amorim
Rosangela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Presidente
Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente
Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano
Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado
Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal
Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público
Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Foto Capa (Gedeão Dias); Seção Imagens (Antonio Carreta); Seção Bem-estar (publicdomainpictures.com); matéria *Os 12 enfurecidos de Lumet* (wikipedia.com, amazon.com, bustle.com, criterion.com, movpins.com e mubi.com)

Produzida por:
Secretaria da Presidência
Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins
SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social
Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212
Telefones: (11) 3117-2588 – imprensatj@tjsp.jus.br